

RECONFIGURAÇÃO DOS TERRITÓRIOS E CIDADES DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO DO LAGO DE TUCURUÍ – PA

Autoria: Luana Soares Soares
Mayara Quaresma

RESUMO

Este trabalho discute a relação entre as dinâmicas territoriais ocorridas entre 1970 e 2010 e a reconfiguração das cidades e territórios no estado do Pará, especificamente da Região de Integração Lago de Tucuruí. Apresenta-se as políticas implementadas pelo Estado e as formas que elas afetaram além do território físico, o território em seu sentido mais amplo, uma vez que este é também um entremeado de relações sociais. Sendo assim, nosso foco de análise são os resultados econômicos, sociais e, sobretudo os movimentos populacionais. Para esta análise foram utilizados os dados geográficos obtidos em sites como o do IBGE (Instituto Nacional de Geografia e Estatística) e IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará) transformados em indicadores e índices.

Palavras-chave: Reconfigurações territoriais. Dinâmicas socioespaciais. Crescimento populacional e desenvolvimento.

1 INTRODUÇÃO: apresentando a Região de Integração do Lago de Tucuruí

A Região de Integração do Lago de Tucuruí (RILT) possui a segunda maior hidrelétrica do país e também o maior assentamento rural do Brasil, este último localizado no município de Novo Repartimento. A RILT está situada no sudeste do Estado do Pará, uma “região de reestruturação socioeconômica e ambiental recente” (Pará Rural, 2013, pg. 32) com área de 39.937 Km² o que significa 3,2% do território estadual. Trata-se de uma região majoritariamente urbana, composta pelos municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí (ver Mapa 1).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Lago de Tucuruí (PDRS, Pg.01), a RILT se distingue das outras áreas do estado pela sua unidade ambiental e diversidade étnica e cultural geograficamente bem demarcada. Distingue-se, também, por sua formação histórica, pela ocupação dos índios tupi e jê-timbira. Segundo o IDESP (2012, p.11) a população teve um crescimento significativo após a implantação do Grande Projeto da

Usina Hidrelétrica de Tucuruí, alcançando 359.332 mil habitantes (IBGE, 2010), correspondendo a 4,74% população do estado do Pará. A população foi se concentrando nas áreas urbanas superando a população rural em meados da década de 1980, representando 63,42% do total da população da RI Lado de Tucuruí, com 244 mil habitantes em áreas urbanas em 2010.

Estes dados iniciais já demonstram alguns aspectos da dinâmica da RILT que reconfiguraram as cidades e territórios que é o objeto de análise desse artigo.

2 PRIMEIROS MOVIMENTOS DA DINÂMICA TERRITORIAL

A relação espaço-temporal é primordial para se entender os processos existentes em determinado lugar, uma vez que entende-se que o território é resultado da territorialização, uma construção e apropriação histórica por relações políticas econômicas e sociais, (HAESBAERT 2004).

No que tange ao processo de urbanização, este se deu na Amazônia (e ainda se dá) de maneira contraditória e distinta. A Região de Integração do Lago de Tucuruí desde suas origens de ocupação teve sua dinâmica territorial fortemente influenciada por políticas do Estado que visavam interesses econômicos, tendo um povoamento de ordem intencional e direcionado primordialmente pelo Estado e não por ordem espontânea, como afirma Trindade Jr (2006). De acordo com Rocha (2003) os fluxos migratórios foram decorrentes de políticas públicas implantadas pelo Governo Federal, através do INCRA, e a construção dos grandes projetos como a Albrás-alunorte e a Usina Hidrelétrica de Tucuruí que atraíram um grande volume de força de trabalho para a região.

A área do baixo rio Tocantins começou a ser povoada com a incorporação da extração e exploração de gêneros da floresta (colonial, como o cravo, canela, a extração da borracha e da castanha-do-pará) ao comércio colonial e pelas políticas desenvolvimentistas de caráter governamental em que a metrópole distribuía as terras para as Capitânicas com o sistema sesmario (PDRS, Pg.14).

Na região havia mocambos, sítios, aldeamentos indígenas e pequenos povoados e, ainda, grandes fazendas. De acordo com o PDRS (pg.15), após acontecimentos, como as lutas contra o movimento Cabano, “reestruturam-se as formas de existência dos cultivadores, extratores e pescadores que formavam a base da sociedade paraense” e trinta anos depois, o

vale do Tocantins expandiu sua economia com o ciclo da borracha e a exportação de cacau e cana-de-açúcar, representando uma parte do comércio da região.

O período entre 1930 e 1950 foi marcado pela finalização da Estrada de Ferro Tocantins, fundamental para o desenvolvimento da região no início do século XX. Esta estrada permitiu o escoamento da produção de castanha-do-pará até dar lugar ao modal rodoviário em 1974. O “processo de ocupação das margens do rio Tocantins também contribuíram para um movimento migratório de pessoas predominantemente provindas do Estado do Maranhão, estimulado, certamente, pelo atrativo de uma grande extensão de “terras livres”, terras devolutas, ricas em castanhais.” (PDRS, Pg.43). Durante o regime militar (1964-1985) houve a implantação de projetos como o Programa de Integração Nacional (PIN) na região Amazônica. Uma das obras de destaque foi a rodovia Transamazônica, inaugurada 1972 que facilitou um fluxo muito grande de pessoas para a região. Pode-se entender a rodovia Transamazônica como um marco do início do processo de circulação, ocupação e colonização de uma área que compreendia por mais de 56% do território nacional. (apud MACEDO, (S/D) p 32).

A interligação de leste para oeste do Brasil pela Transamazônica, ligando o nordeste às cidades amazônicas isoladas resolveria os empecilhos da Amazônia, ficando evidente o interesse político sobre o território, constituindo-se numa visão geopolítica do Estado brasileiro. (NETO, 2013, pg. 296).

3 DINÂMICAS SOCIOESPACIAIS A PARTIR DOS GRANDES PROJETOS DA AMAZÔNIA

No ano de 1976 houve profundas transformações territoriais, tais como emancipações municipais, aumento expressivo no número de habitantes nas cidades e a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, esta concluída em 2007 (PDRS, Pg.57).

A construção da usina provocou um grande impacto no espaço e na economia regional, pois demandou uma redefinição na estrutura espacial e reorganização socioeconômica. A economia correspondente ao início da ocupação da região era extrativista e as vilas e cidades eram formadas as margens da estrada de ferro Tocantins e do rio Tocantins, pois havia um sistema flúvio–ferroviário para o transporte de mercadorias (PDRS, Pg.46). Entretanto, toda a organização espacial e socioeconômica foi reestruturada com o advento da UHE de Tucuruí

que, de acordo com Rocha (2009), foi responsável por submergir cerca de quatorze povoados ribeirinhos, incluindo uma cidade inteira, especificamente a sede municipal, Jacundá, assim como de trechos da rodovia BR – 230 (Transamazônica) e da Estrada de Ferro Tocantins, tudo para formação do reservatório hidráulico.

A Rodovia Transamazônica influenciou o aumento da população da RILT, pois esta se tornou o eixo rodoviário mais importante naquela região. “A cidade de Tucuruí conhece uma expansão na direção da Transamazônica (Novo Repartimento e Breu Branco) ou de Goianésia, se tornando um dos principias de destinos de trabalhadores em todo o País, principalmente do Nordeste, e um marco desse processo, ocupa uma posição de destaque, como núcleo político e social”. (PDRS, Pg.38).

Um forte desenvolvimento mineral e energético ocorreu na Amazônia Oriental Brasileira a partir dos anos de 1970 liderado pelo Programa Grande Carajás (PGC), o implementado pelo governo brasileiro e multinacional do setor mineral que canalizou aproximadamente US\$15 bilhões para o Estado do Pará (PDRS Pg.40). Este programa fez com que obras de infraestrutura fossem construídas para receber esses grandes empreendimentos e os novos municípios foram criados na Região de Lago de Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Nova Ipixuna e Novo Repartimento. Entretanto sua estrutura para receber a população que migrara pra região foi bem diferente da dos grandes empreendimentos tornando-os territórios injustos e insustentáveis.

As terras destinadas às fazendas e os latifúndios existentes, por sua vez, são beneficiados através dos Incentivos Fiscais (Lei nº. 3.174 de 24.10.66), em detrimento dos pequenos agricultores, tendo como impactos a concentração fundiária, conflitos agrários, violência e insegurança alimentar. (PDRS, Pg.39).

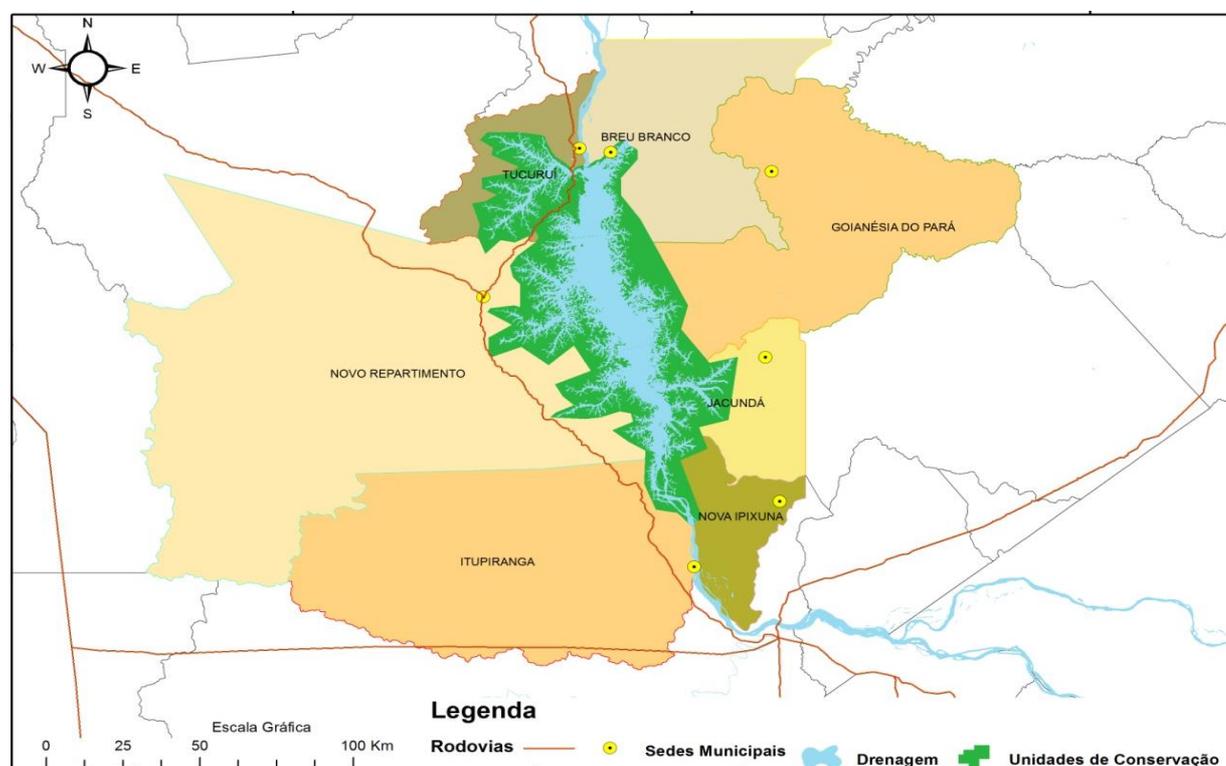
A Usina, em Tucuruí se organizou criando quatro vilas para moradias e reassentamentos: uma vila Pioneira, duas Temporárias e uma de caráter Permanente. Esta última foi destinada ao abrigo de operários, administradores, engenheiros e outros funcionários, lhes proporcionando serviços de qualidade e infraestrutura, como “serviços educacionais, de saúde, comercial e lazer, ao passo que nos demais se dispunha somente de habitações com reduzidos serviços de apoio.” (ARAÚJO, 2008, p.62) o que evidencia uma desigualdade social na região.



“A apropriação do território pela Usina Hidroelétrica não tem se dado de forma espontânea ou casual, muito pelo contrário, em cada etapa de sua implantação, percebe-se a estruturação de um conjunto de ações e estratégias, cujo fim último tem sido estabelecer o máximo de controle sobre o território.” (ARAÚJO, 2008, p.58).

Com a criação da UHE criou-se também Unidades de Conservação (UC) como forma compensatória para o empreendimento estabelecido. O objetivo de criação das UC era amenizar os impactos gerados, dessa forma, se instituiu um mosaico de Unidades de Conservação, que são elas: Área de Proteção Ambiental (APA) do Lago de Tucuruí (568.667,00 ha), Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Alcobaça (36.128,00 ha) e Pucuruí-Ararão (29.049,00 ha) e as Zonas de Proteção da Vida Silvestre- ZPVS. Todos os municípios que compõem a RLTI abrigam áreas de proteção ambiental, que vão desde Terras Indígenas até Unidades de Conservação. Dentre os municípios destacam-se Tucuruí que possui 57,72% e Novo Repartimento com 28,31% conforme podemos ver no Mapa 1 que mostra a localização da Região de Integração do Lago de Tucuruí e os municípios que o compõe.

Mapa 1 - Mapa de Localização da Região de Integração Lago de Tucuruí.



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, IBGE 2010.

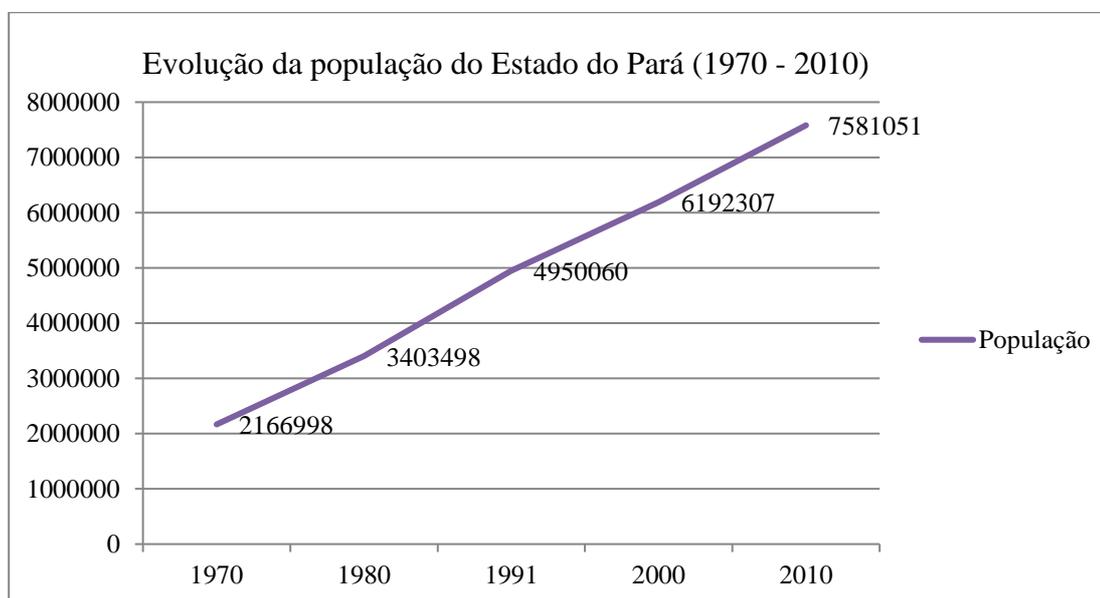
Elaboração: Mayara Quaresma, LARC, NUMA, UFPA 2015.

4 DINÂMICAS DA POPULAÇÃO E TERRITÓRIO

Seguindo o ritmo brasileiro que em 1940 possuía 31,3% da sua população na área urbana, e que passou a ter em 2010 o número de 160.879.708 habitantes nas cidades, (84,35% da população), a região norte também cresceu e se urbanizou intensamente, em especial nas últimas décadas. Os Grandes Projetos (infra-estruturais, hidrelétricos, agropecuários) atraíram muitos migrantes, como afirma um estudo realizado pelo Pará Rural (2013, pg.12),

“A intensificação dos fluxos migratórios inter-regionais em função, sobretudo, dos projetos de desenvolvimento pensados e implantados pelo governo brasileiro no conjunto dos estados da região amazônica que envolve todos os estados da região norte.”

No estado do Pará a população cresceu de 2.166.998 em 1970 para 7.581.051 em 2010, segundo dados do IBGE, como melhor demonstrado pelo gráfico que segue.



Fonte: Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1950/2010. Até 1991, Estatísticas do Século XX, Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil, 1994, vol. 54, 1994.

Elaboração: Luana Soares.

“Demograficamente houve mudança no tamanho, no ritmo de crescimento, na distribuição espacial e na estrutura da população” (Rocha, pg.12), porque novas cidades, como Breu Branco e Novo Repartimento, foram construídas para abrigar a população que



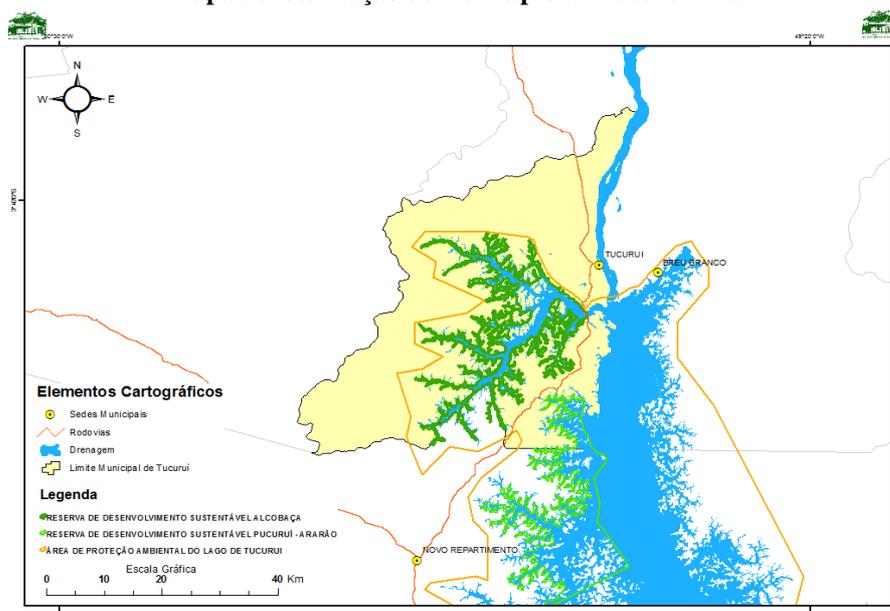
vivia nas margens do Tocantins. Os municípios de Goianésia do Pará, Jacundá, Itupiranga e Nova Ipixuna, por sua vez, respondem, em parte, pela nova estrutura urbana que emergiu durante a construção da UHE. Dessa forma, a população que cresceu na região se concentrou em áreas urbanas, gerando novas dinâmicas, demandas e pressões ambientais, em especial no município de Tucuruí.

A dinâmica espacial ocorrida no município, influenciou também ao estabelecimento de espaços legalmente institucionalizados, como as Unidades de Conservação, que no município ocupam mais da metade do território (57,72%), a respeito disto,

Unidades de conservação não dizem respeito apenas à proteção de ecossistemas ameaçados pela ação humana ou pela expansão do capitalismo. Nos últimos 30 anos, os discursos e as lutas políticas entre diferentes atores sociais envolvidos com a criação de unidades de conservação no Brasil foram gradativamente incorporando os direitos, responsabilidades e interesses das chamadas populações tradicionais (indígenas, seringueiros, caboclos, caiçaras, quilombolas, entre outras) ou das populações não consideradas tradicionais do entorno. (Coelho, Cunha e Monteiro, 2009, p. 67).

Os autores esclarecem ainda que a implantação de UC's trazem um maior controle social, territorial e ambiental perante à sociedade, impondo regras e normas de uso, e também de restrição, através de estratégias ou territorialidade empreendida.

Mapa de localização do município de Tucuruí - Pa



Fonte: Ministério do Meio Ambiente, 2012

Elaboração: Mayara Quaresma, LARC, NUMA, UFPA 2015.



A questão das UC's melhor se expressa no mapa acima. A espacialização destes territórios no município evidencia-se a importância dos mesmos na configuração territorial. Destaca-se também que a criação das UC's foi resultado de demandas primordialmente exógenas.

A Tabela 1 que segue demonstra que a população urbana da região é um ponto relevante, com destaque para o município de Tucuruí, com uma taxa de quase 95% de sua população na área urbana. Em contraponto, o município de Novo Repartimento possui uma população que em sua maioria está na área rural, número que totaliza 34.100 habitantes.

Tabela 1: População urbana e da região de integração Lago de Tucuruí (1980, 1991, 2000, 2010)

Municípios	População							
	Urbana				Rural			
	1980	1991	2000	2010	1980	1991	2000	2010
Breu Branco	-	-	15.952	29.308	-	-	16.494	23.185
Goianésia do Pará	-	-	14.878	21.082	-	-	7.807	9.354
Itupiranga	-	-	14.754	20.490	-	-	34.901	30,73
Jacundá	-	-	34.518	45.683	-	-	6.028	5.677
Nova Ipixuna	-	-	5.207	7.726	-	-	6.659	6.919
Novo Repartimento	-	-	15.524	27.950	-	-	26.293	34.100
Tucuruí	27.261	46.014	60.918	92.442	33.879	35.609	12.880	4.686
Total	27.261	46.014	161.751	244.681	33.879	35.609	111.062	83.952

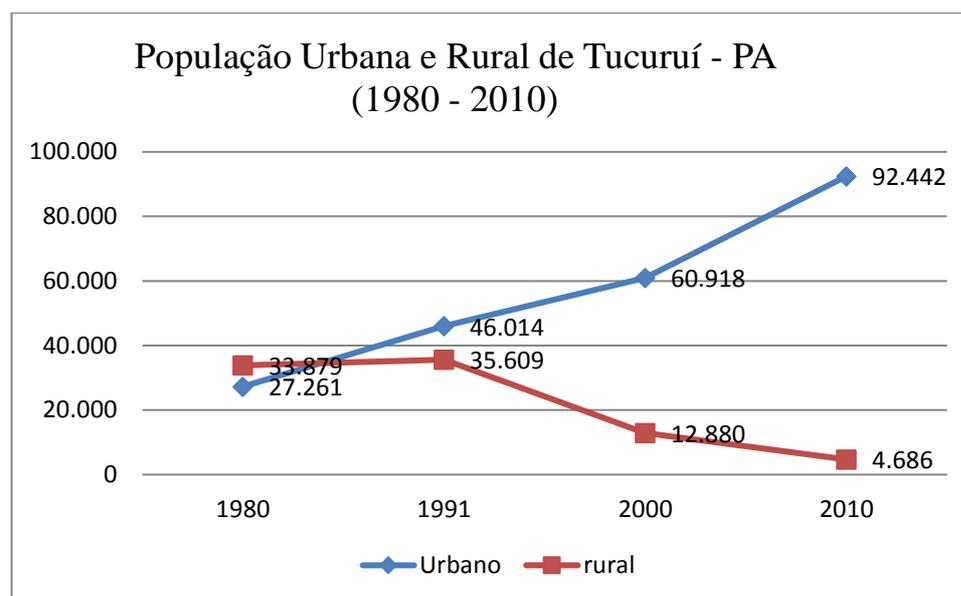
Fonte: IBGE e IDESP

Em relação à cidade de Tucuruí, com a maior concentração populacional, seu crescimento reflete novamente a grande atração provocada pela construção da UHE e pelas vilas criadas, já citadas anteriormente: Vila pioneira, Vila permanente e Vilas Temporárias I e II. O município e a região como um todo também é ocupado por migrantes de baixa renda, e "sem terra", como afirma Rocha (2003). Essa nova população gera movimento no comércio, nos serviços e em setores informais.

"No período entre 79/80, no auge da construção, registrou-se a chegada de 55.531 migrantes atraídos pela possibilidade de trabalho e acesso a terra, acarretando um aumento populacional inesperado e fora dos padrões, perfazendo cerca de 110.000 habitantes." (Rocha, 2003, pg. 05)

Dessa forma, o município que antes possuía uma estrutura territorial muito voltada para o rio, se reestrutura, ou melhor, se dinamiza, devido aos interesses do grande capital. Outro ponto relevante para explicar o adensamento populacional na área urbana recai sobre a

criação das UC's no município que ocupam mais da metade do território (57,72%). Conforme podemos ver no gráfico que segue, a população do município de Tucuruí sofreu elevado aumento durante o período de instalação da UHE. Posteriormente percebe-se, também, a queda na taxa da população rural e o aumento significativo da população urbana.



Fonte: IBGE e IDESP

Assim sendo, a área urbana de Tucuruí quintuplicou em número de habitantes. Observando os dados disponibilizados pelo IBGE, percebe-se que aproximadamente 37,7% da população urbana residem apenas em Tucuruí, destacando a importância da cidade para a RILT. De fato, é este município que oferece serviços médico – hospitalares, educacionais, informação, de comércio e bancos. Porém não somente o município de Tucuruí teve seu espaço e território impactado, toda a região adjacente sofreu sensíveis modificações. Todo o território conheceu uma nova dinâmica que mostra ainda hoje seus rebatimentos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordar a dimensão espacial é fundamental para se compreender as dinâmicas territoriais, porque entender o movimento é essencial para se alcançar a compreensão do funcionamento de um território.

Através desse breve estudo sobre a dinâmica da formação territorial, social e econômica da região, percebe-se a tamanha influência que o capital de um Grande Projeto exerce sobre uma região. Houve reconfiguração territorial com a criação de novos municípios, migração, saída do campo rural para o urbano e desenvolvimento urbano, todos atraídos pelas novas oportunidades.

Destaque-se, todavia, que as mudanças nas configurações territoriais e das cidades ocorridas na região de Integração Lago de Tucuruí não ocorreram de forma homogênea nem tampouco promoveram a construção de cidades mais justas e sustentáveis, seja sob o ponto de vista social, seja econômico. Porém, há de se pontuar que a criação de um mosaico de Unidades de Conservação na região, criado como forma de compensação aos impactos ambientais causados pelos grandes projetos ali instalados, representam hoje um diferencial para a construção de cidades mais harmônicas com o meio ambiente natural.

REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Célia Nunes; CUNHA, Luis Henrique; MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Unidade de Conservação: Populações, Recursos e Territórios. Abordagem da Geografia e da Ecologia Política.** In: GUERRA, Antônio T., COELHO, Maria Célia Nunes (ORG.). Unidades de Conservação: Abordagens e Características Geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

INDICADORES DE QUALIDADE AMBIENTAL DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE INTEGRAÇÃO LAGO DE TUCURUÍ. Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. - Belém: IDESP, 2012.

MACHADO, L. O.. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira. Cadernos IPPUR, vol. XIII, n.1, jan./jul.1999, p. 109-138.

PARÁ RURAL. Estudo: Identificação e Mapeamento da Pobreza Rural no Estado do Pará. Belém – PA. 2013.

PEREIRA, I. C. N.; ROCHA, G. M. **População e recursos: crescimento populacional e o uso dos recursos hídricos na cidade de Tucuruí/PA.** In: Encontro Transdisciplinar sobre população, 2003, Campinas-SP. 3º Anais do Encontro Nacional sobre Migrações, 2003.

ROCHA, G. M. **Demografia e cidades.** 2009.

TRINDADE JR, Saint-Clair. **Grandes Projetos, Urbanização do Território e Metropolização na Amazônia.** Terra Livre Goiânia Ano 22, v. 1, n. 26 p. 1-246 Jan-Jun/2006.



Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/5020/1/Dissertacao_TerritoriosProtegidosEletronorte.pdf> Acessado em 2 de junho de 2015, às 18:34h.

